

Artigo

FORMAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1987-2020)

Raimunda Gomes da Silva¹ 

RESUMO

O presente estudo discorre sobre a experiência de docentes pesquisadoras de gênero nos programas de pós-graduação em educação da Região Norte, no período entre 1987 a 2020. Investiga os desafios e as possibilidades de formação e relações de gênero nos programas em estudo e como as pesquisadoras ressignificam suas atuações. A pesquisa é realizada a partir de narrativas e fonte documental, Plataforma Lattes e Sucupira, a fim de revisitar trajetórias acadêmicas e programas em estudo. A análise documental, à luz da leitura de gênero articulada com autores/as como Certeau (1994), Hall (2005) e Candau (2014), anuncia inovação ao problematizar o cotidiano dinâmico e plural da universidade, a presença de outros sujeitos e perspectivas de saberes, que interpelam mudanças, reinvenção da si e da prática docente. Constatou-se que o debate de gênero favorece reconhecer os (as) “estranhos (as)” ao cotidiano da academia, provoca reflexões, implantação de políticas públicas e de acolhimentos.

Palavras-chave: Formação, Relações de Gênero, Pós-graduação, Amazônia.

* Universidade Estadual de Roraima (UERR). Boa Vista, RR, Brasil.

FORMACIÓN Y RELACIONES DE GÉNERO EN EL POSGRADO EN EDUCACIÓN DE LA REGIÓN NORTE (1987-2020)

RESUMEN

Este estudio aborda la experiencia de docentes investigadoras de género en programas de posgrado en educación de la Región Norte de Brasil, entre 1987 y 2020. Analiza los desafíos y posibilidades de formación y relaciones de género, así como la manera en que las investigadoras resignifican sus prácticas. La investigación se apoya en narrativas y fuentes documentales —Plataformas Lattes y Sucupira— para revisar trayectorias académicas y programas. El análisis, fundamentado en una lectura de género y en autores como Certeau (1994), Hall (2005) y Candau (2014), resalta la cotidianidad dinámica y plural de la universidad, la presencia de nuevos sujetos y perspectivas de saberes que promueven cambios, reinención de sí y renovación docente. Se concluye que el debate de género posibilita reconocer a los/as “extraños/as” en la academia, fomenta la reflexión y la formulación de políticas públicas inclusivas.

Palabras clave: Formación, Relaciones de Género, Posgrado, Amazonía.

TRAINING AND GENDER RELATIONS IN EDUCATION POSTGRADUATE IN THE NORTHERN REGION (1987-2020)

ABSTRACT

This study explores the experience of female scholars researching gender in graduate education programs in Northern Brazil between 1987 and 2020. It examines challenges and possibilities related to training and gender relations, as well as how these scholars reframe their professional practices. The research draws on narratives and documentary sources, including the Lattes and Sucupira platforms, to revisit academic trajectories and program development. Guided by a gender perspective and authors such as Certeau (1994), Hall (2005), and Candau (2014), the analysis highlights the dynamic and plural nature of the university, the presence of diverse subjects, and knowledge perspectives that foster change, self-reinvention, and pedagogical renewal. Results suggest that gender debates enable the recognition of “outsiders” in academia, stimulate reflection, and support public policies and inclusive practices.

Keywords: Training, Gender Relations, Postgraduate Studies, Amazon.

INTRODUÇÃO

As discussões e lutas por uma educação para todos (as), sem discriminação, está garantida na Constituição de 1988, art. 3º, que estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Nesta mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em seu art. 3º firma o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, além de garantir o respeito à liberdade e apreço à tolerância (Brasil, 1996). O que significa que as instituições educacionais constituem marcos legais que asseguram à diversidade social e cultural, bem como o bem-estar, respeito às diferenças e igualdade de oportunidades.

Dentro desta perspectiva plural da sociedade brasileira e de concepções pedagógicas afirmativas, toma-se como campo de estudo a educação numa abordagem de gênero segundo a categoria de análise de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Para esta autora, gênero

é um elemento construtivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de ressignificar as relações de poder. [...] O Gênero é um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 1996, p. 11-13).

Desse modo, a opção por esta categoria passa pela compreensão de leitura de representação dos significados atribuídos em cada cultura relacionando ao que se concebe ser mulher e ser homem, em seus modos de vida.

A referida categoria

Pode lançar luz sobre a história das mulheres, mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais (Torrão Filho, 2016, p. 129).

Pode-se observar a abertura de possibilidades de representações e desconstrução de desigualdades e hierarquia. Porém, não só isso, como indaga Rago (2008, p. 140):

[...] não apenas as desconstruções que propunham a nu as redes de poder construtivas dos saberes e das práticas, os micropoderes que atravessam as relações sociais, de gênero e étnica, entre outras, mas também às criações libertárias, femininas, e feministas capazes de subverter as identidades impostas, questionar as hierarquias e revolucionar o mundo ou, pelo menos, nossos mundos.

Desse modo, a categoria de análise de gênero auxilia não apenas para compreender que as identidades masculinas e femininas são construções sociais, culturais e históricas e não naturais, portanto, lança luzes para tramas das relações de poder, além de demonstrar outros modos de subjetividades libertários capazes de subverter ordens impostas.

Deslocar a leitura para formação continuada numa abordagem de gênero não basta só para a classe de docentes, mas necessita que toda a comunidade envolvida se reatualize de novos conhecimentos, novas tecnologias e da diversidade de identidades sociais e culturais que atualmente fazem parte da escola e demais instituições. Ou seja, todos, todas e todes são desafiados(as) a quebrar paradigmas, desnaturalizar verdades e preconceitos, pois

[...] refletir sobre relações de gênero implica realizar uma releitura de todo o nosso entorno, o que significa, por exemplo, repensar a cultura e a linguagem, os meios de comunicação social, as instituições, como família, o sistema educacional (85) ou mesmo a religião e os processos políticos, como os movimentos sociais e partidos (Sardenberg; Macedo, 2011, p. 39).

Desse modo, concorda-se com a autora, uma vez que se compreende a necessidade de ressignificação das representações, no sentido de perceber os processos de relações desiguais e desconstruir representações binárias

[...] que não permite(m) compreender a complexidade dos agentes e relações subentendidas em cada polo, nem a reciprocidade das interrelações, nem pluralidade a variabilidade dos significados produzidos nas relações (Tedeschi, 2013, p.85).

Perspectiva que propicia outros olhares para as diferentes formas de ser e viver com dignidade.

Neste trabalho, foca-se o mapeamento de pesquisadoras que trabalham com gênero nos programas acadêmicos de pós-graduação em educação, com o objetivo de verificar que pesquisadoras trabalham com a referida categoria, que linhas, projeto de pesquisa estas coordenam e/ou estão vinculadas, a fim de compreender em que medida o processo de formação continuada, numa abordagem de gênero, tem suscitado no exercício da docência nos programas em estudos.

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, intitulada “Experiência de professoras nos programas de pós-graduação em educação: gênero, formação e deslocamentos (contexto amazônico 1987-2020)” integra o Estágio pós-doutoral/PPEGD/UFPA, vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad Amazônia/Unifap/UFPA/Uerr) sob a supervisão da Prof.^a Dra. Sônia Maria da Silva Araújo (PPGED/UFPA), cujo objetivo é

Dar historicidades à experiência de mulheres docentes nos programas de pós-graduação em educação na Amazônia, a partir de suas narrativas enquanto professoras atuantes no processo de implantação e estruturação destes programas entre os anos de 1987 a 2020, com atenção voltada para as relações de gênero. (Silva, 2021).

A pesquisa constitui-se, principalmente, três instrumentos de pesquisa: levantamento dos programas que registram pesquisadores(as) que trabalham com gênero, aplicação de formulário *google forms* e história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas relacionadas a experiências de professoras fundadoras e pesquisadores(as) que trabalham com gênero.

Trata-se de uma pesquisa dentro da perspectiva histórica, desenvolvida a partir da ótica de gênero baseada em Joan Scott, já supracitada. Quanto ao procedimento, foi realizado levantamento *online* junto aos programas acadêmicos de pós-graduação em educação na Região Norte, correspondente ao período de 1987 a 2020, com a pergunta orientadora: que programas incluem docentes que trabalham com gênero? Nesta primeira etapa, considerou-se mulheres e homens a fim de visualizar o conjunto e também proporcionar reflexão relacional.

Também foram levantadas quais as linhas e os projetos de pesquisa que o grupo de estudo selecionado fazia parte. Buscas foram realizadas na Plataformas Lattes: (leitura dos resumos da comunidade docente de cada colegiado de PPGE) e Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes para averiguar a situação dos projetos de pesquisas destes pesquisadores(as). Igualmente, verificou-se a situação de funcionamento e reconhecimento dos programas na Plataforma Sucupira, a fim de compreender o lugar das pesquisadoras em estudo junto aos programas selecionados e como o debate de gênero circula nos espaços de atuação dessas pesquisadoras.

Com relação às fontes orais, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas relacionadas à experiência no exercício da docência nesta temática, cuja finalidade é compreender como elas ressignificam os espaços de atuações e como se constituem como pesquisadoras no programa do qual participam. A principal abordagem teórica é gênero: categoria de análise histórica de Joan Scott (1996), articulada à metodologia oral e memória em diálogo com Foucault, e Michel de Certeau. Autores(as) que possibilitam revisitar e politizar o cotidiano destas mulheres, as relações de poder, processo de construção de si e dos seus espaços na academia.

Nesta etapa da pesquisa, não foi possível entrevistar todas as professoras identificadas, considerando as dificuldades vivenciadas no período de pandemia, pois, além da especificidade da fonte oral que normalmente requer um primeiro contato para informar sobre a pesquisa às docentes selecionadas, com apresentação do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), retorno e agendamento daquelas que aceitaram participar da pesquisa que demanda um espaço de tempo, não obstante este procedimento em fase de pandemia tornou-se mais longo e exigiu de quem pesquisa, antes de tudo, o sentimento de compreensão e solidariedade porque foram observadas distintas situações particulares das pesquisadoras escolhidas para dar entrevista, como adoecimento, diferentes formas de perdas/lutos, além de múltiplas atividades, das colaboradoras da pesquisa, “Professoras/pesquisadoras de Programas Acadêmicos de Pós-Graduação em Educação.

PROGRAMAS SELECIONADOS

Realizou-se levantamento de 13 programas acadêmicos em educação, dentro dos critérios adotados. Deste monte, foram encontrados nove programas que aglutinam questões de gênero tanto na educação quanto de forma interdisciplinar, articulados com outras temáticas que serão elucidadas à frente. Conforme França (2018, p. 25), “Nos anos de 1994, 2002 e 2005,

tinha apenas três programas de Educação, entretanto, entre 2009 a 2017 foram criados mais de dez programas”. Como se pode observar, a maior parte desses programas é recente. Eles são distribuídos entre universidades federais e estaduais, com a maioria nas instituições federais (França, 2018).

Quanto as discussões sobre a formação na pós-graduação, tem fluidos estudos no campo de oferta e características (Garcia; Magalhaes & Weigel, 2021); no campo da constituição do campo científico e sobres, formação de professores no contexto amazônico (Camargo; Andrade; Camargo, 2022) trata-se de uma coletânea que apresenta diferentes discussões sobre a formação de professores; sobre a formação e pluralidade de saberes na região com reflexões sobre a necessidade de reformular práticas educativa mais diversa e multicultural (Rosa; Hage; figueiredo, 2024); também identifica a temática diversidade sociocultural e currículo na Amazônia (Camargo et al, 2023), dentre outros. São temas relevante que apontam para a necessidade de contemplar a formação continuada de forma crítica e plural na/da múltiplas Amazônia, porém as questões de gênero na educação não são problematizadas.

A seguir a Tabela I, elaborada a partir das páginas *online* dos programas de pós-graduação em Educação, da Plataforma Sucupira e do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes.

ANÁLISE DOS INDÍCIOS DE GÊNERO

Observar os programas selecionados a partir dos títulos torna difícil detectar se há debate de gênero sem relacionar as duas colunas seguintes. Entretanto, esta preocupação já era anunciada desde os dois primeiros programas de pós-graduação em educação, e que mais da metade desses programas abordam o assunto.

Sobre a configuração das linhas, tem-se clareza da amplitude das produções dos (as) docentes e da forma como cada programa se organiza por meio de seus grupos de pesquisas, núcleos de pesquisa e/ou laboratórios, aspectos que as linhas não demonstram a dinâmica de cada programa, contudo, é um norte onde se pode suscitar a concepção de educação e que sociedade se busca com tais propostas das linhas?

Desse modo, por meio de uma leitura mais ampla, pode-se perceber que algumas temáticas são centrais como políticas educacionais, públicas e gestão. Neste conjunto, a palavra “política” aparece cinco vezes, seguida pelo termo “formação”, juntamente com “práxis”, “prática pedagógica”, “formação de professores” e “saberes docentes”, com estas correlações aparecem também cinco vezes, em seguida identifica “Trabalho Docente” três vezes e “Currículo” que também está presente em três programas, como se pode conferir na tabela acima.

Verifica-se que há alguns temas, com menor frequência, articulados com a palavra “educação”, como “Processos educativos e identidades amazônicas”; “Saberes culturais e educação”; “Educação indígena e interculturalidade”; “Educação, cultura e diversidade”; “linguagens culturais”. São temáticas que envolvem categorias mais plurais e que permitem problematizar as categorias universais. Conforme Stuart Hall, as identidades tradicionais começam a se desestabilizar a partir do final do século XX, observa-se que

Quadro 1 – Programas de Pós-graduação acadêmico em Educação que incluem debate de gênero (Região Norte)

Programa/ Início de funcionamento	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa
PPGE/Ufam Ano:1987	1.* Processos Educativos e Identidades Amazônicas; 2. Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; 3. Formação e Práxis do(a) Educador(a) Frente aos Desafios Amazônicos; 4. Educação Especial e Inclusão no Contexto Amazônico.	Grupo Gênero, Trabalho e Educação; Subjetividades, povos amazônicos e processos de desenvolvimento humano; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual.
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFGA) Ano: 2003	1. Políticas Públicas Educacionais; 2. Educação, Cultura e Sociedade; 3. Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas Educacionais.	Adolescência e Juventude e Fatores de Vulnerabilidade e Proteção;
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/Uepa) Ano: 2005	1. Formação de Professores e Práticas Pedagógicas; 2.Saberes culturais e educação na Amazônia.	Juventude, Educação e Sociabilidade
Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/Unir) Ano: 2010	1. Formação Docente; 2. Políticas e gestão educacional.	Ativista Audre Lorde; Estudos Culturais e Educação Contemporânea (Gepecec)
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT) Ano: 2012	1. Currículo, formação de professores e saberes docentes; 2. Estado, sociedade e práticas educativas.	GEPCE/minorias- Grupo de Estudos e Pesquisas de Currículos Educacionais das/para/com minorias sociais nortistas amazônicas.

* Identificação de linha que tem pesquisadores(as) que trabalham com gênero.

Quadro 1 – Cont.

Programa/ Início de funcionamento	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Uerr/IFRR) Ano: 2014	1. Formação, Trabalho Docente e Currículo; 2. Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.	GCD - Grupo de Estudos de Gênero, Cultura e Deslocamentos
Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA) Ano: 2014	1. Culturas e Linguagens; 2. Políticas e Sociedade.	Quilombos e Mocambeiros: uma história de resistência negra na Amazônia e História e linguagem na região Amazônica; Grupo de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas; “O livro-rizoma e a máquina literária: devires do corpo político feminino nas artes de escrever e educar”; “Micropolítica, Artes-Performance e Experimentação literária na Educação”; Grupo de Estudos Historiográficos sobre Mulheres, Escritoras e Literatura
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA) Ano: 2016	1. Currículo da Educação Básica; 2. Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica; 3. História da Educação Básica.	Gênero e Educação; História e Educação; Educação e Desenvolvimentismo: 1950-1963”
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/Unifap) Ano: 2017	1. Educação, Culturas e Diversidades; Políticas Educacionais.	Não foi identificado grupo de pesquisa.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das páginas online dos programas de pós-graduação em Educação; Plataforma Lattes: Currículo Lattes e Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes; Plataforma Sucupira (cursos avaliados e reconhecidos).

[...] fragmentação de paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que no passado, nos tínhamos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando as nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (Hall, 2005, p. 09).

São processos que tanto provocam deslocamentos do indivíduo do seu lugar social, de si mesmos, quanto profissional, referindo-se ao docente. Aspectos que Hall denomina Descentração do Sujeito. Entende-se que as identidades são vistas de forma dinâmicas, múltiplas e relacionais, não mais tidas como solidas, com representação universal para cada categoria. Portanto, são mudanças que podem ampliar outros olhares, não mais de forma unificada e estável. Mas podem ocorrer de múltiplas formas, ou seja, deslocam-se para as questões relacionadas à cultura, às identidades culturais. Numa perspectiva de “Celebração móvel” “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2005, p. 13). Portanto, Hall aponta para compreensão de diversos sujeitos com comportamentos mais flexíveis e dinâmicos.

Quanto ao mapeamento dos grupos de pesquisa, tendo por base principalmente o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil da Plataforma Lattes/CNPq, cujo objetivo foi verificar a situação em que se encontram, pode-se constatar nove grupos de pesquisa certificados pela instituição de origem, um em preenchimento e dois não atualizados pela instituição. Deste total, doze são pesquisadoras líderes de grupos vinculados aos Programas Acadêmicos em Educação das seguintes universidades: Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Universidade Federal do Pará (ufpa); Universidade do Estado do Pará (Uepa); Universidade Federal de Rondônia (Unir) e Universidade Estadual de Roraima (Uerr) e um pesquisador líder de grupo de pesquisa do Programa Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Tocantins (Uft).

Quanto às temáticas dos grupos das pesquisadoras, principal sujeito desta investigação, pode-se averiguar diversidade de temáticas e olhares. Entre elas, encontram-se: gênero, trabalho e educação; gênero e educação; gênero, cultura e deslocamentos; geração-juventude, direito; proteção; juventude e sociabilidade; interseccionalidade questões étnico-raciais, história, memória e resistência; luta e sobrevivência da mulher negra; estudo e processos identitários dos povos da Amazônia, direitos humanos, relações de poder, microfeminilidade e performance de gênero.

Com relação às temáticas abordadas pelos homens, que embora apresentem apenas um grupo certificado pela instituição no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil da Plataforma Lattes/CNPq, identificou-se registro de atuação de pesquisadores nas páginas dos programas da Ufam; Ufpa; Unir e Unifap, principalmente as temáticas gênero e sexualidade, em articulação com diversidade sexual/LGBTQIA+, homofobia, questões de currículo, dentre outras temáticas e abordagens exploradas que também anunciam emergência de uma educação inclusiva.

Do conjunto de temas e abordagens, se observa possibilidades de olhares das pesquisadoras que configuram tanto processo de lutas de grupos sociais e culturais de determinado tempo, quanto abordagens teóricas que buscam outras perspectivas de produção de conhecimento não hegemônico.

A primeira visão de conjunto de pesquisadoras identifica a centralidade na categoria “mulher” explorada por pesquisadoras de diferentes áreas como estudos historiográficos, literários, história das mulheres na educação; discussão da mulher trabalhadora, a mulher negra, indígena, perspectiva que, em seu conjunto, apresenta tanto a categoria mulher quanto Mulheres da Amazônia, entretanto, nem sempre o debate de relações de poder é problematizado.

A segunda visão mostra discussões numa direção das questões de gênero de forma transversal e/ou interseccional, envolvendo história e memória, feminismo negro, questão étnico-racial, diversidade sexual; “resgate” da história destes povos/sujeitos numa perspectiva de resistência.

A terceira perspectiva anuncia preocupação com a interculturalidade, com aspectos relacionando às diferenças, identidades culturais, processos, relações de poder e micropoderes. São observadas reflexões que envolvem as questões da pós-modernidade.

Destarte, as pesquisas demonstram as complexidades das relações de gênero no que Scott (1996) identifica como “processos de relações de poder”. A referida autora reforça o sentido político da categoria em direção a outra igualdade política e social que inclui não só sexo, mas também, classe, raça/etnia, geração e orientação sexual que ganha crescente complexidade (Scott, 1996). Olhares que, de forma direta ou indireta, identificam, nas produções das pesquisadoras de gênero em estudo na Amazônia, as quais tanto apontam configurações de temas que ampliem os debates, e demonstram a necessidade de educação inclusiva e possibilidades de fazer valer políticas públicas já existentes. Além disso, anunciam a necessidade de implantar outras que valorizem práticas interculturais e com equidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISADORAS DE GÊNERO

A história das Mulheres instiga:

procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desafiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias (Matos, 2002, p. 26).

Dessa forma, revisitar as experiências das mulheres em estudo tem a intenção de tentar captar os indícios do cotidiano por meio da história oral, fonte que oportuniza compartilhar emoções, indignações, esperança, dentre outras emoções (Passerini, 2011). Compreende-se que a memória é seletiva, pois, constituem de fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, “prática que varia de acordo com o perfil do grupo, seja de memória organizada ou memória subterrânea” (Pollak, 1989).

Neste último tópico, foram selecionadas três pesquisadoras de estudos de gênero de distintos programas de pós-graduação em educação. Para tanto, almejou-se observar como elas narram os desafios e possibilidades da constituição de si e do outro no exercício de educação e relação de gênero junto ao programa e da universidade das quais estão vinculadas.

Considerando que o grupo em estudo é de professoras de pós-graduação, pois, pode configurar narrativas mais organizadas, ou seja, os discursos mais elaborados e selecionados. Entretanto, a pesquisa de história oral não tem preocupação em buscar uma verdade controlada (Pollak, 1992), mas entender como cada professora se construiu em sua narrativa de si e do outro, do lugar que pertence e do espaço que almeja construir. Portanto, trata do tecer de subjetividades na ótica de Foucault que

Refere-se ao modo pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade 'se digo verdade sobre mim mesmo, como eu faço, é porque, em parte, me constituo como sujeito através de um número de relações de poder que são exercidas sobre mim e que exerço sobre os outros (Foucault, 2000, p. 327, *apud* Coling, 2015, p.609).

Numa expressão de eufemismo, como perceber o jogo de danças das relações de poder configuradas por meio de práticas discursivas, tais como argumentação, disputas entre as questões consideradas normativas e outros modos de ser e viver? A historiadora Joana Maria Pedro, inspirada em Foucault, conota a memória como uma invenção, elucida que a rememoração é sempre um processo de subjetivação, de positivação, de refazer, de criação (Venson; Pedro, 2012). Portanto, não se trata de registro fiel do passado, mas de ressignificação deste passado, assim como a narrativa da experiência também é uma interpretação que precisa de interpretação (Scott, 1998).

Abrindo alas para as entrevistadas desenharem o/os lugar/es de docente/pesquisadora de gênero, para garantir o anonimato destas personagens, optou-se por nomes fictícios. A primeira chama-se Michele Nascimento, é paraense, pertence à geração entre o grupo de idade entre 55 a 65 anos e ingressou na universidade no início dos anos 1990. É doutora em Educação e foi fundadora do Programa de Pós-graduação em Educação.

A segunda, Caroline Ribeiro, é natural de Tocantins, também pertence à mesma geração de Michele Nascimento. Iniciou sua carreira de professora universitária em 2002, e no Programa de Pós-Graduação em Educação em 2005. A referida professora é da área de Psicologia. A terceira é Simone Braga. Carioca, também da mesma geração. É professora universitária desde 1994; ingressou no Programa de Pós-graduação em Educação de sua instituição em 2015.

Dentre os aspectos semelhantes, coordenam grupos de pesquisa, são de mesma geração, 56 a 65 anos, geração que Pinsky (2012) chama de “era dos tempos flexivos”, quando “a partir de segunda metade de 1960, uma série de transformações levaria a uma enorme mudança nas imagens de mulher” (Pinsky, 2012, p. 514).

Michele Nascimento, ao relatar sua atuação como pesquisadora de história das mulheres recorda:

[...] a gente tem que ter muito fôlego para sustentar essa ideia como uma ideia necessária. Mas eu acho também que[...] nós já avançamos muito nisso. Esse tema, ele já não é um tema rançoso, já não é um tema que as pessoas viram o nariz, como as pessoas faziam há um tempo atrás... pesquisar sobre mulheres.

Ainda existe um longo caminho para a construção de espaços onde homens e mulheres compartilhem, com respeito às potencialidades de cada um, pois se trata de um processo constante de luta de longa data. Para não alongar muito, pode-se ressaltar um dos maiores movimentos burgueses, a Revolução Francesa, que tinha como lema *Liberdade, igualdade e fraternidade*, deixa claro, e de forma violenta, o lugar das mulheres, a definição de espaço privado para as mulheres e o espaço público para os homens. Olympe de Gouges, companheira revolucionária que lutou pelos ideais da Revolução Francesa, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, pagou o preço da própria vida ao contestar a nova ordem definida pelo governo revolucionário. [...] Suas palavras ainda ressoam “Se a mulher tem direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna” (Colling, 2014, p. 24-25). A sua ousadia como sujeito pensante e político ao manifestar, publicamente, seus ideais, não correspondeu à interpretação dos jacobinos! Segundo os revolucionários franceses:

Olympe seria decapitada por dois “pecados”: querer ser um homem de estado e trair a natureza do seu sexo. A acusação de tentar ser um homem de estado, era escrever, tentar ultrapassar as barreiras do privado e trair a natureza do seu sexo era não dedicar exclusivamente às paredes do lar, ao casamento e à maternidade, “destino natural de todas as mulheres” (Colling, 2014, p. 25).

A iniciativa de Olympe, de defender a cidadania das mulheres e dos excluídos da sociedade francesa da época, resultou em sua morte, em 1793. Este deslocamento para o final do século XVIII não tem a intenção de justificar os lugares considerados naturalizados para mulheres ao longo dos séculos, tampouco legalizar a violência contra as mulheres, ocorrida há aproximadamente dois séculos e três décadas, mas provocar reflexões! Em que medida as mulheres ainda são interditadas por serem mulheres? Quais discursos e práticas são atualizados, reatualizados, e insistem em manter as mulheres com representações “subsumidas” e valorização da autoridade masculina, inquietação? A professora Michele Nascimento, em seu relato, relacionado à participação das mulheres na elaboração do Projeto de Pós-graduação em educação afirma que:

[...] o projeto foi escrito com todo mundo, quem escreveu mais, quem escreveu menos, mas todo mundo escreveu, participou dessa ideia. Eu posso dizer, no momento em que nós dissemos “vamos fazer? eu estava nesse movimento “de vamos fazer [...] “vamos! vamos amadurecer essa ideia” eu estava lá. Quando eu digo eu, estou falando como uma pessoa representando o grupo de mulheres, estavam lá as outras colegas também, eram parte dessa história. [...], agora de fato é uma coisa que o problema que é visível, uma coisa que eu falo mesmo [...] os homens acabam sendo liderança, acabam sendo direção... e eu não consigo ainda explicar a razão de porquê que a gente, que nós mulheres não nos colocamos nessa... porque que nós saímos, porque que não damos tanto espaço, porque que não nos posicionamos. Será que é porque a gente sempre está ocupada com a casa? Será que é porque a gente está sempre preocupada com filho? Será que é porque já acha que isso não é o nosso lugar? [...].

A professora Michele Nascimento apresenta indagação instigante no sentido de averiguar em que medida os papéis impostos pela cultura patriarcal ainda são utilizados como interdição de apropriação de conquista de outras oportunidades para as mulheres quando elas também são protagonistas de determinado projeto. Como as tramas dos espaços políticos se configuram? Colling (2014, p. 33-34) argumenta que “Trabalhar a história das mulheres exige que nós a entendemos como uma bem arquitetada invenção. As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas”. Relacionando a dimensão de gênero, Scott (1998, p. 15) argumenta que:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também as instituições, as estruturas, as práticas cotidianas como aos rituais e tudo que constituem as relações. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se então que Gênero é a organização social da diferença sexual. Ela não reflete a realidade biológica primeira. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Desse modo, a universidade, como toda instituição, é fruto da sociedade a qual pertence. Algumas podem agregar esperanças da comunidade estudantil e diferentes perfis de cientistas trabalhando em prol de novas descobertas, enquanto um dos lugares de produção de novos conhecimentos e possibilidades de formação de cidadania livre e democráticas, dentre outras perspectivas de igualdade. Nesse sentido, são frutos de uma sociedade plural, de ideias avançadas em uma determinada temática. Outras universidades, porém, não apresentam quase nenhuma compreensão, com suas hierarquias, valores e preconceitos, a exemplo das questões de gênero, que em alguns espaços de poder e lideranças ainda são atribuídas aos homens.

Contexto que a Professora Michele, pesquisadora de História das Mulheres, relata a necessidade de mudança, que precisa de perseverança ressignificada pela expressão: “a gente tem que ter muito fôlego para sustentar essa ideia como uma ideia necessária”. Trata-se de perspectiva de debate que requer outros olhares e possibilidades de ser, pesquisar e ensinar. Assim como provocar diferentes perspectivas e procedimentos metodológicos em direção a outras formas de produção de conhecimentos que enxerguem as experiências das mulheres como sujeitos ativos da história em diferentes épocas.

A professora Caroline Ribeiro apresenta outro contexto do cotidiano da universidade, a revisitação de sua atuação na docência e nas pautas de gênero em coordenação de comissão junto ao Conselho Universitário, atuação que configura desafios e prazeres. Ao tratar do exercício da docência, ela relata:

Olha, é muito cansativo, eu acho que a principal palavra que define assim, é um cansaço frequente porque primeiro, tem um aspecto que é muito legal, que é muito construtivo, que é você ser referência para pessoas que querem estudar aquele tema, ou mesmo para pessoas que pensam, acreditam na possibilidade delas também trilhar esse percurso quando elas enxergam a gente ali, então esse é um aspecto muito bom e que anima para o trabalho... mas internamente, a universidade ela é racista e ela é sexista intensamente (Caroline Ribeiro, 2022).

O relato da professora acima demonstra, por um lado, estado de luta constante e, por outro lado, a satisfação de ser referência e ampliar possibilidades de novas pesquisas nesta temática, que também suscita acolhimento e encorajamento àqueles e àquelas que almejam estudar a temática frente a um contexto acadêmico pouco favorável às pesquisas neste campo e reconhecimento destes sujeitos.

A respeito da atuação nas pautas de inclusão de políticas de gênero, Caroline Ribeiro relata um cotidiano tenso, relacionado ao debate de gênero por parte de seus pares:

Eu fui relatora no Conselho Universitário de algumas pautas relacionadas a gênero, e foi muito sofrido [...] parecia com uma sessão de linchamento, eu apresentei uma proposta... primeiro foi a regulamentação do nome social, e aí tinham umas perguntas assim, que eu ficava sem acreditar naquelas perguntas, tinha um professor falando: “Ah, mas se regulamentar o nome social, agora as pessoas vão poder adotar seus apelidos”, eu falo: “Professor, apelido e nome social são coisas completamente diferentes”! Aí você vai tentar explicar do zero o que é gênero, o que é identidade de gênero, porque que a pessoa trans (ela) têm direito ao nome social e com muita resistência, e muita grosseria (em relação a mim que estava sendo a relatora daquele tema no Conselho) [...] Mas aí vai aprova [...] aí mais um tempo, foi quase um ano para a resolução ser publicada e começar a entrar em funcionamento, aí, vários estudantes - “professora, mas não foi aprovado? “foi! pressionem lá a Reitoria”!

Sobre a pauta Política de Equidade de Gênero

[...] a gente debateu, de 2016 a 2018... em 2018 foi um ano inteiro para pautarem, sempre enrolando, empurrando para reunião seguinte, aí ele foi votado no final de 2018, em dezembro já assim, na última reunião, com muita pressão ele entrou na pauta. Mas as pessoas nem me deixavam apresentar o relatório, e já me bombardeavam de questionamentos, questionamentos assim muito desrespeitosos em relação às pessoas LGBT... e assim, demonstrando uma ignorância muito grande em relação a temática, e até preocupações muito mais ligadas às disputas políticas, porque alguns falavam assim: “Ah! Isso é ideologia de gênero!”, aí eu falo: “Professor, ideologia de gênero não é um conceito científico, não é algo que se discute em academia tem uma história de disputa e de espaço de poder, e que inventaram esse nome para desqualificar as discussões sobre gênero”. [...] foi aprovado assim, em uma sessão de 5 horas só com esse ponto, eu passei acho que 3 horas para conseguir falar, iniciar minha apresentação, porque só de pautar o tema. [...] E só entrou na pauta porque começaram a acontecer muitas denúncias de violência sexual, de abuso sexual dentro da universidade, e as alunas, principalmente alunas, elas foram para o Facebook, para o Instagram, fizeram vídeos, e aí vinha uma falando “ah, aconteceu comigo também”... então, essa avalanche de denúncia obrigou a universidade a pautar o assunto, mas assim, a resolução foi aprovado em 2018, efetivamente o trabalho não começou, o trabalho da comissão... então, isso indica a resistência que a universidade tem com esses temas, as pessoas não levam a sério, eles não acham que é algo que a universidade precisa debater, pesquisar atuar... e aí, por outro lado, a gente vê histórias de estudantes que desistem da universidade [...]Então assim, esse é um tema que a universidade ainda não tomou para si como um importante, a gente consegue tocar os trabalhos porque tem o apoio externo de conseguir aprovar projetos em editais, de conseguir bolsas para os estudantes, e tem uma demanda imensa. Mas assim, os discentes são os que mais se mobilizam dentro da universidade criando os coletivos, em coletivos feministas, coletivos LGBTs, diversos... eles é o que qualificam essa pauta dentro da universidade, mas não que esse tema ele tenha havido alguma institucionalização efetiva dele... e aí, quem fala do assunto acaba também sofrendo as mesmas violências, porque não é um tema considerado importante institucionalmente (Caroline Ribeiro, 2022).

Estranhos (as) à academia que desestabilizam uma ordem onde poucos tinham o direito de estudar, uma vez que a miopia racional não permite enxergar. Pode-se supor que a formação sedimentada nos saberes e práticas burguesas, como afirma Candau (2014), ao discutir a respeito do professor de hoje frente às transformações sociais e culturais deste século, no que diz respeito à alteridade e aos desafios da interculturalidade. Observa que: “Os *outros*, os *diferentes*, muitas vezes estão perto de nós, mesmo dentro de nós, mas não costumamos vê-los (as), ouvi-los (as), reconhecê-los (as), valorizá-los (as) e interagir com eles (as)” (Candau, 2014, p. 40)¹ arrisca afirmar que o processo de percepção e reconhecimento dos (as) outros (as) também passa pelo conhecimento da própria história de forma afirmativa.

Carvalho e Santos Júnior (2020), ao discutirem a respeito das políticas para educação no ensino superior no início do século XXI, chamam atenção para uma fase de economia estável e de incentivo “à inclusão social, políticas afirmativas e com forte presença dos movimentos sociais”. Contexto que configurava esperança de conquistar uma vida melhor. Mas até que ponto as reconfigurações de relações de poder estavam abertas para acolher o (a) outro (a)?

Michel de Certeau (1994) auxilia a refletir a respeito das relações cotidianas do lugar e do espaço. Para ele:

O lugar é a ordem (seja qual for) segundo o qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluído a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e destino que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (Certeau, 1994, p. 201).

Ao tratar de espaço, o referido autor elucida:

Existe espaço sempre que se tomam conta vetores de direção, quantidade de velocidade e variável no tempo. É o cruzamento de moveis. É de certo modo animado pelo conjunto que aí se desdobram. O espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam a circunstanciam o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada. [...] O espaço é um lugar praticado (Certeau, 1994, p. 202).

Diante das reflexões de Certeau, das representações das reações discursivas dos pares e do contexto de insegurança das estudantes ao denunciarem situação de violência e abuso sexual, a referida instituição foi obrigada a pautar o assunto relacionado à discussão de criação de políticas públicas de igualdade de gênero. Desse modo, o cenário de luta e tensão desestabiliza a ordem das práticas do fazer universidade, em um contexto configurado com maioria branca, de classe média, heterossexual, que passa ser desestabilizada e interpelada a repensar outras possibilidades de ensinar e aprender outras práticas e formas de acolhimento de outros sujeitos que constituem a universidade do século XXI.

¹ Considerando que na abordagem de gênero a experiência de gêneros femininos e masculinos são diferentes, acrescentou-se o artigo definido feminino.

Candau (2014), ao tratar dos desafios da prática docente do século XXI, focando a escola, afirma que:

A educação escolar como instituição está instituída tendo por base a afirmação de conhecimentos considerados universais, uma universalidade muitas vezes formal que, se aprofundarmos, um pouco, termina por estar assentada na cultura ocidental e europeia, considerada portadora da universalidade. No entanto, as questões multiculturais questionam este universalismo que informa o nosso modo de lidar com o conhecimento escolar e o conhecimento de modo geral (Candau, 2014, p. 39-40).

Retomando a narrativa da professora Caroline Ribeiro, nota-se a universidade em movimento de disputas frente ao cenário plural da comunidade universitária. Por um lado, percebem-se práticas e representações (Chartier, 1990) que ainda sinalizam adotar o homem, branco, classe média, hetero como perfil considerado natural da academia. Por outro lado, observa-se a existência de outras categorias que são sensíveis à temática de gênero, inclusive lutam pela implantação de políticas inclusivas na própria universidade. Contexto em que os (as) estudantes fazem a diferença, conforme a professora Caroline Ribeiro: “os discentes são os que mais se mobilizam dentro da universidade, criando os coletivos, em coletivos feministas, coletivos LGBTs, diversos... eles é que qualificam essa pauta dentro da universidade”. Portanto, pode-se suscitar que são os (as) estudantes não reconhecidos(as) por parte da comunidade universitária e docentes comprometidos com temática inclusiva, com as políticas de igualdade de gênero, que contribuem com ampliação do debate e fortalecem a implantação de inclusão e exemplo da política de igualdade de gênero.

Simone Braga ressignifica sua atuação por meio do exercício da docência e publicações dos(as) orientandos(as):

Eu acho que assim para a gente que trabalha na academia, a gente forma formador, então assim...a gente forma professor. Eu penso assim, se uma pessoa for sensibilizada pelo que eu falo, pelo que eu faço, já está tranquilo, porque não está mais só comigo. Mas o que eu tenho visto, é que as temáticas do campo de gênero, de um modo geral (que inclui o feminismo), elas têm sido muito bem acolhidas por grande número de estudantes. Então assim... são muitas pessoas já que sabem dos direitos, especialmente dos direitos dos seus alunos de não serem discriminados, de serem acolhidos, do direito a um nome, por exemplo, no caso dos transgêneros (do uso do nome social), das mulheres, da questão da acolhida na questão da gravidez na adolescência, dos cuidados com o corpo dos meninos e das meninas, assim... já tem... (eu estou pensando nos meus que passaram pela orientação no mestrado e que passaram pelo grupo de pesquisa) (Simone Braga, 2022).

Ouvir a narrativa da professora Simone Braga suscita novas construções de subjetividades de gêneros em movimentos. Ou seja, das discussões de sala de aula e junto ao grupo de estudo, ela identifica a circulação de saberes manifestados no exercício da docência e produções de dos(as) orientados(as).

As três professoras rememoram o cotidiano da universidade e das relações de poder em constante movimento de saberes, disputas e resistências, tanto daqueles (as) que ainda não conseguem ver a comunidade plural da universidade quanto dos (as) diferentes docentes e discentes que lutam para construir novos espaços desde o campo teórico à institucionalização de políticas públicas de inclusão, nesta discussão, as políticas de igualdade de gênero.

Compreendendo que as identidades sociais e culturais são construídas nas relações numa perspectiva de celebração móvel (Hall, 2005), ou seja, em processo de construção e reconstrução dos sujeitos e que o espaço é um lugar praticado (Certeau, 1999), a universidade pode ser mudada conforme as práticas e representações da comunidade envolvida. Nesse sentido, pode-se enxergar as pesquisadoras construindo novos espaços e subjetividades, assim como se reconstituindo, provocando e aprofundando o debate de gênero na academia. Como Caroline Ribeiro afirma

[...] tem um aspecto que é muito legal, que é muito construtivo, que é você ser referência para pessoas que querem estudar aquele tema, ou mesmo para pessoas que pensam, acreditam na possibilidade de elas também trilharem esse percurso quando elas enxergam a gente ali, [...].

Simone Braga também exprime satisfação quando afirma: “Eu penso assim, se uma pessoa for sensibilizada pelo que eu falo, pelo que eu faço, já estou tranquila, porque não está mais só comigo [...]”. Tal configuração, aos poucos, apresenta índices de mudanças marcadas pela presença de novos sujeitos na universidade que contribuem com o desestabelecimento de conhecimento hegemônico e de espaço elitizado, além de provocar outros debates e reivindicações de outras normas, a exemplo das políticas de inclusão na universidade, como as cotas, o nome social, além de outras questões envolvendo a formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisitação dos programas proporcionou mapear os (as) pesquisadores (as) de gênero com diferentes temáticas, articulações e, principalmente, de forma interdisciplinar. Esta primeira etapa proporcionou observar que, embora a abordagem de gênero não seja central nos programas de educação, mas com certeza os (as) pesquisadores (as) que trabalham com a abordagem, de forma direta ou indireta, provocaram debates e pesquisas nesta perspectiva, além de acolherem novos (as) pesquisadores (as) que almejam trabalhar em suas pesquisas em educação de forma indisciplinar ou não.

Estudar este tema, a partir das narrativas das professoras, possibilitou observar diferentes enfrentamentos que as docentes, em estudo, narraram, no contexto de politização do espaço universitário que, assim como outras instituições, revela seus preconceitos, hierarquias e disputas de saberes, inclusão de determinados sujeitos e exclusão de outros (as), portanto, é um lugar de pluralidade que não é dada, mas conquistada.

E entre desafios e conquistas, as pesquisadoras vão se constituindo em meio às disputas e forças dos grupos de estudos, feministas, movimento LGBTQIA+ e entre os pares que vão se ressignificando enquanto protagonistas de formação inclusiva e relações de gênero.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 fev. 2024.
- BRASIL. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- BRASIL. Diretório de Projeto de Pesquisa do Brasil – **Plataforma Lattes**. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf Acesso em: 14 maio 2022.
- BRASIL. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- CAMARGO, Arlete Maria de; ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria (Org.). **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico** (Coleção de formação de Professores no Brasil, V. 1). Editora CRV: Curitiba, 2022.
- CAMARGO, Leila Maria et al. Diversidade sociocultural e currículo na Amazônia: Desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. Revista **e-Curriculum**, São Paulo, v.20, n.1, p. 238-261, jan./mar. 2022. Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC/SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813/39320>. Acesso: 18/08/2025.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser Professor hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação** (Porto Alegre, impresso, v37, n1, p.33-41, jan./abr.2014).
- CARVALHO, Francisco João de Deus de; SANTOS JÚNIOR, Alcides Leao. Políticas públicas para a educação superior e criação de novas Ifes: revisão sistemática. **Planejamento e políticas públicas**. n.55. jul/set. 2020. p.11-25.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer**. Petrópolis–RJ: Vozes, 1994
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados-MS: UFGD, 2014.
- COLLINGD, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FRANÇA, Maria do Perpétuo Gomes de Souza Avelino de. História da educação no programa de pós-graduação em educação da universidade do Estado do Pará (007-2017). In: FRANÇA, Maria do Perpétuo Gomes de Souza Avelino de; LOBATO, Sidney; NERY, Vitor Sousa Cunha (orgs.). **A história da educação na Amazônia: múltiplos sujeitos e práticas educativas**. Curitiba-Brasil: CRV, 2018. p. 23-36.
- GARCIA, Fabiane Maria; MAGALHÃES, Luciano Santos; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. Pós-Graduação em educação no Norte do Brasil: no chão da Amazônia, temas e contextos. **Revista Lusófona de Educação**, n.54, n.53 p. 81-100. Disponível em: [file:///C:/Users/55959/Downloads/8077-Texto%20do%20artigo-23330-1-10-20220121%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/55959/Downloads/8077-Texto%20do%20artigo-23330-1-10-20220121%20(6).pdf). Acesso: 18/08/2025.



- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidianos e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru -SP: EDUSC, 2002.
- PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações 2: a era dos modelos flexíveis. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.513-543.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- RAGO, Margareth. Escrever de novo a palavra Mulher: recontando a história das lutas feministas. *In*: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e o seu tempo**. São Paulo: Unesp, Anpuh, 2008. p.139-161.
- ROSA, Ana Claudia Fereira; HAJE, Salomão Antônio Mufarrej; FIGUEIREDO, Arthane Menezes. Educação nas Amazônias e a formação de professores e professoras na pós-graduação stricto sensu nos estados do Pará e do Amapá. **Revista Linhas**. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/25929/17156>. Acesso: 15/08/2025.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria de análise histórica**. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.
- SCOTT, Joan Wallche. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo, (16). Fev. 1998. p. 297-325.
- SCOTT, Joan. **La citeoyenne paradoxale: lês féministes Françaises et lês droits de l'homme**. Paris: Editions Albin Michel S. A., 1998.
- SARDENBERG, Cecilia; MACEDO, Marcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; VANIN, Alexandre Iole Macedo (orgs.) **Ensino e gênero na perspectiva transversal**. Salvador: UFBA – Neim, 2011. p.33-48.
- SILVA, Raimunda Gomes da. **Experiência de professoras nos programas de pós-graduação em educação: gênero formação e deslocamentos (contexto amazônico 1987- 2020)**. Estágio pós-doutoral/PPEGD/UFPA vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD - UNIFAP/UFPA/UERR). Belém, 2021.
- TEDESCHI, Losandro Antonio (org.) **Identities e as narrativas de gênero: reflexões sobre os processos de construção da interculturalidade**. Dourados - MS: Ed. UFMGD, 2013.
- TORRÃO FILHO, A. Uma questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas – SP, n.24, p.2027-152, 2026. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644688>. Acesso: 12 fev.2024.
- UERR. PPGE. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mestrado em Educação**. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/ppge/>. Acesso em: 30 out. 2021.
- UEPA. PPGED. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mestrado Acadêmico em Educação**. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/?page_id=21. Acesso em: 18 ago. 2021.
- UFAC. PPGE. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre**. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge>. Acesso em: 30 out. 2021.

- UFAM. PPGE. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Programa de Pós-Graduação em Educação**. Disponível em: <https://ppge.ufam.edu.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.
- UFPA. PPEB. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. **O Programa**. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/index.php/br/>. Acesso em: 04 nov. 2021.
- UFPA. PPGED. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Apresentação**. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- UFPA. PPGEDUC. Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. **O Programa**. Disponível em: <https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- UFT. PPGE. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Apresentação**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ciamb/programas-de-pos-graduacao/10712-ppge>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- UNIFAP. PPGED. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Programa de Pós-Graduação em Educação**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppged>. Acesso em: 23 out. 2021.
- UNIR. PPGE. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia**. Disponível em: <https://ppge.unir.br/homepage>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- VENSO, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. Revista **História Oral**: v 12, 1-1. Disponível em: <https://revistahistoriaoral.org.br/index.php/rho/article/view/261/293>. Acesso: 26 jun. 2022.

Raimunda Gomes da Silva possui Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP. Professora de História da Universidade Estadual de Roraima e vinculada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação.

E-mail: silvaraimunda@uerr.edu.br

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 25/09/2024

Aprovado em: 23/12/2025

Editora responsável: Natália Gil

